

MINUTA DA PAUTA DE REIVINDICAÇÕES
CCT SINDPD/CE X SEACEC 2018

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM PROCESSAMENTO DE DADOS, SERVICOS DE INFORMATICA E SIMILARES DO ESTADO DO CEARA, CNPJ n. 11.822.343/0001-58, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). JOSE VALMIR BRAZ;

E

SINDICATO DAS EMP DE ASSEIO E CONS DO ESTADO DO CEARA, CNPJ n. 11.088.721/0001-11, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). PAULO CESAR BALTAZAR VIANA; celebram a presente **CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO**, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA - BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018 e a data-base da categoria em 01º de janeiro.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) Empregados em Empresas de Processamento de Dados e Informática, com abrangência territorial em CE.

Salários, Reajustes e Pagamento Piso Salarial

CLÁUSULA TERCEIRA - PISO SALARIAL

A partir de 1º de Janeiro de 2018, as empresas prestadoras de serviços com trabalhadores pertencentes à categoria profissional de Processamento de Dados, Serviços de Informática e Similares, não poderão praticar salários aos seus empregados, inferiores aos seguintes pisos:

- Auxiliares	Valores - R\$
Digitadores	1.347,77
Auxiliar de Processamento	1.347,77
Operador de Impressoras a Laser	1.347,77
Auxiliar de Informática	1.356,63
Técnico em Urna Eletrônica	1.490,86
Operador de Microcomputador	1.579,44

- Técnicos	Valores - R\$
Operador de Mainframe	1.656,43
Técnico em Teleprocessamento	2.136,63
Técnico de Rede	2.136,63
Supervisor de Informática (essa função abrange chefe de digitação, supervisor de urna eletrônica, etc.)	2.139,73
Técnico de Atendimento	2.395,38
Técnico em Segurança da Informação	4.229,53
Suporte Operacional em HardWare e SoftWare	2.661,93
Programador Júnior	3.041,80
Programador Pleno	4.562,72
Administrador de Redes	4.852,23
Especialista em Segurança da Informação	6.219,93
- Analistas	Valores - R\$
Sistemas, Suporte e O&M(Negócios) I	5.828,53
Sistemas, Suporte e O&M(Negócios) II	7.030,71
Sistemas, Suporte e O&M(Negócios) III	8.232,91
Sistemas, Suporte e O&M(Negócios) IV	9.435,10
Analista em Segurança da Informação	9.951,87

Parágrafo Primeiro: As diferenças salariais de 2018, e, tais como vale alimentação, cesta básica, auxílio creche e etc. serão pagas até o dia xx de xxxx de 2018, devendo a empresa que incorrer em mora pagar multa de 2% (dois por cento) do valor do salário, por dia de atraso, revertido em benefício do empregado prejudicado, salvo se a mora ocorrer por culpa do empregado.

Parágrafo Segundo: O reajuste salarial dos empregados terceirizados que estejam fora das faixas acima especificadas, não importando a nomenclatura usada para a função que desempenhe serão corrigidos em **12% (doze por cento)** a incidir sobre o salário percebido em dezembro de 2017.

Parágrafo Terceiro: Os valores ajustados da presente convenção serão considerados, para fins de integração à remuneração dos trabalhadores, em suas épocas próprias, no mês de competência.

CLÁUSULA QUARTA - PISOS FUTUROS

Nos casos de licitações onde sejam solicitados trabalhadores não incluídos nas faixas definidas na cláusula anterior e com as descrições de cargo no Anexo I desta CCT, caberá à Comissão prevista na Cláusula Vigésima Nona, fixar o valor da remuneração.

Pagamento de Salário – Formas e Prazos

CLÁUSULA QUINTA - PAGAMENTO DE SALÁRIOS

O empregador deverá fornecer aos empregados os contra cheques até dois dias antes do pagamento dos salários com discriminação das verbas e importâncias correspondentes e dos descontos efetuados, assim como a importância relativa ao depósito do FGTS devido na conta vinculada do empregado optante.

Parágrafo Primeiro: A entrega no envio dos contra cheques conforme caput da cláusula poderá ser impressa ou pela internet.

Parágrafo Segundo: Os pagamentos serão efetuados até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente, em moeda corrente, preferencialmente em conta bancária individual, ou nos locais de trabalho em espécie ou cheque da empresa, ou ainda na sede da empresa pela forma imediatamente anterior, neste caso a empresa fornecerá vale-transporte para o deslocamento do empregado.

CLÁUSULA SEXTA - IRREGULARIDADE DO PAGAMENTO

Os acertos de irregularidades, para mais ou para menos, no pagamento dos empregados deverão ser efetuados no prazo máximo de trinta dias contados, do momento em as empresas tomar conhecimento do equívoco ocorrido, pelo respectivo empregado.

Gratificações, Adicionais, Auxílios e Outros 13º Salário

CLÁUSULA SÉTIMA - ADIANTAMENTO DO 13º SALÁRIO

O adiantamento do 13º (décimo terceiro) salário ocorrerá no mês de férias do empregado caso o mesmo tenha se manifestado neste sentido, **até 30 (trinta) dias antes do período de gozo de férias.**

Adicional de Hora - Extra

CLÁUSULA OITAVA - ADICIONAL DE HORAS EXTRAS

As horas extras serão remuneradas com adicional de 50% (cinquenta por cento), sobre a hora normal, tomando-se por base o salário nominal, parcelas incorporadas e adicionais de insalubridade e periculosidade.

Parágrafo Primeiro: Serão consideradas como horas extras, aquelas realizadas durante os deslocamentos a serviço da empresa, em viagens interestaduais e nacionais.

Parágrafo Segundo: As horas extras trabalhadas no mês vigente, serão pagas na folha de pagamento do mês subsequente, ou seja, no mês após ao da prestação dos serviços extraordinários.

Parágrafo Terceiro: Na hipótese de horas extras trabalhadas em período noturno, a saber, das 22h às 5h, incidirá o adicional anteriormente referido sobre o valor resultante da incidência do adicional noturno de 20% (vinte por cento).

Gratificações, Adicionais, Auxílios e Outros 13º Salário

Adicional de Função

CLÁUSULA NONA: DESVIO DE FUNÇÃO

Para os empregados que estão desempenhando funções diferentes para as quais foram contratados, a partir do registro desta CCT, os mesmos passarão a receber um adicional de 30% (trinta por cento) sobre o valor do salário base, sendo caracterizado como adicional de função.

Adicional de Insalubridade

CLÁUSULA DÉCIMA - ADICIONAL DE PERICULOSIDADE / INSALUBRIDADE

Fica facultado ao SINDPD-CE, SEACEC e empresas envolvidas requererem junto ao Ministério do Trabalho e Emprego a realização de perícia em estabelecimento ou setor, com o objetivo de caracterizar e classificar ou delimitar as atividades perigosas ou insalubres, nos termos da legislação pertinente (Art. 195 da CLT).

Parágrafo Único: Ao empregado que trabalhar em condições perigosas ou insalubres, será assegurado um adicional sobre o salário, conforme a legislação pertinente e na forma determinada pelo laudo técnico produzido pela Superintendência Regional do Trabalho e Emprego.

Adicional de Sobreaviso e Prontidão

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - SOBREAVISO

O empregado, quando escalado para o regime de sobreaviso, na forma definida no Art. 244 e seus §§ da Consolidação das Leis do Trabalho, através de notificação expressa da empresa mediante utilização de e-mail, BIP, rádio chamada ou outro meio de comunicação, fará jus ao pagamento das horas de sobreaviso, na proporção de 1/3 da hora normal de trabalho, durante o período que permanecer nessa situação.

Parágrafo Primeiro: Caso o sobreaviso resulte em trabalho efetivo, a remuneração deverá ser efetuada conforme a Cláusula “Adicional de Hora Extra” e seu parágrafo único, desta Convenção Coletiva de Trabalho.

Parágrafo Segundo: As horas de sobreaviso do mês vigente, serão pagas na folha de pagamento do mês subsequente, ou seja, no mês após ao da prestação dos serviços extraordinários.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – PRONTIDÃO

O empregado, quando escalado em regime de prontidão, diferente do sobreaviso, também definido no Art. 244 e seus §§ da CLT, deve ser de no máximo 12 horas e essas horas devem ser pagas no valor de 2/3 do salário normal do empregado.

Parágrafo primeiro: A prontidão (também chamada de reserva) caracteriza-se pela circunstância de o empregado permanecer, fora de seu horário habitual de trabalho, nas dependências do empregador ou em local por ele determinado, (confinado) aguardando ordens de serviço, em local destinado para descanso.

Parágrafo segundo: O empregador que estabelece escala de prontidão para seus empregados fica obrigado apenas a pagar-lhes um percentual sobre as horas de mera expectativa, vale dizer, a retribuir-lhes o tempo que permaneceram na espera pelo chamado de um labor efetivo. Aquele que está em prontidão é remunerado, independentemente de ser chamado para o serviço efetivo, pelas horas de expectativa na sede do empregador ou em local por ele determinado, à razão de 2/3 do salário-hora.

Ajuda de Custo

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - TRABALHO REALIZADO FORA DA SEDE

Com o intuito de custear despesas decorrentes de viagem/deslocamento para a realização de trabalho fora do local de serviço habitualmente prestado pelo trabalhador, em deslocamentos superiores a 100 Km de distância do local de prestação de serviço, será pago a título de diária a importância de **R\$ 120,00 (cento e vinte reais)**.

Parágrafo Primeiro: Se o deslocamento for menor que o estabelecido no “caput” desta cláusula e houver necessidade de pernoite do empregado é devida a diária em referência.

Parágrafo Segundo: As empresas que já pagam acima do valor mínimo definido no caput desta cláusula, não poderão reduzir valor do aludido benefício já pago anteriormente ao registro desta CCT.

Auxílio Alimentação

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

As empresas fornecerão a todos os seus empregados **22 (vinte e dois)**, vales alimentação/refeição, a serem entregues no primeiro dia útil de cada mês, no valor facial de **R\$ 27,34 (vinte e sete reais e trinta e quatro centavos)**. Caso o empregado venha a trabalhar aos sábados, domingos e feriados a empresa fornecerá o vale alimentação correspondente ao dia de trabalho.

Parágrafo Primeiro: As empresas que já possuem restaurante próprio ou mantêm contrato de fornecimento de refeição, deverão continuar fornecendo refeição aos seus empregados, garantindo a boa qualidade do fornecimento, conforme as disposições legais, inclusive o disposto no PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador – Lei 6.321/76 e Decreto nº 5, de 14.01.91). Da mesma forma, as empresas que já fornecem vale alimentação manterão o benefício, no valor estabelecido no "caput" desta cláusula.

Parágrafo Segundo: Será garantido ao empregado que labore no mínimo de 2 (duas) horas extras, um vale adicional denominado "vale lanche" correspondendo a 50% do valor do vale alimentação/refeição estipulado no caput desta cláusula.

Parágrafo Terceiro: Para os empregados que trabalham em regime de plantão e escala de revezamento, será fixada a quantidade de 22 (vinte e dois) vales refeição/alimentação no mesmo valor especificado no Caput. desta cláusula.

Parágrafo Quarto: Qualquer que seja a modalidade do benefício, os empregados autorizam, o desconto de 1% (um por cento) do valor facial do vale alimentação.

Parágrafo Quinto: Para o trabalhador que estiver em período de gozo de férias, licença maternidade, acidente de trabalho e licença saúde, o mesmo terá o direito ao recebimento do vale alimentação/refeição.

<https://www.sodexobeneficios.com.br/data/files/63/56/D9/A4/B4B1B5101176BFA5C809F9C2/valoresminimos2017ref.pdf>

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA CESTA BÁSICA

Fica instituído o pagamento a título de cesta básica no valor mensal de **R\$ 270,00 (duzentos e setenta reais)**, para cada empregado, podendo o referido valor ser pago juntamente com vale alimentação.

Parágrafo Primeiro: Para o trabalhador que estiver em período de gozo de férias, licença maternidade, acidente de trabalho e licença saúde, o mesmo terá o direito ao recebimento do cesta básica)

<https://www.opovo.com.br/noticias/economia/2017/06/fortaleza-tem-a-cesta-basica-mais-cara-do-nordeste.html>

Auxílio Transporte

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - VALES TRANSPORTES

As empresas garantirão a todos os seus empregados, o direito ao vale transporte, fornecendo a quantidade de vales necessários ao trajeto (residência/trabalho/residência), **inclusive região metropolitana**, com entrega no primeiro dia útil de cada mês.

Parágrafo Primeiro: Aos empregados beneficiados com o vale transporte, será permitido o desconto de 6% (seis por cento) sobre o salário base.

Parágrafo Segundo: Para os empregados que trabalhem em regime de revezamento, ou seja, somente trabalhem 15 (quinze) dias durante o mês, será descontado 3% (três por cento) do salário base.

Parágrafo Terceiro: Os vales transportes serão entregues, preferencialmente, nos locais de trabalho. No caso de serem entregues na sede da empresa, esta fornecerá vale-transporte para o deslocamento do empregado.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - AJUDA TRANSPORTE

Fica garantido aos empregados que laborem distantes dos centros urbanos, lotados em órgãos do Governo do Estado do Ceará, onde não exista transporte regulamentado, o direito ajuda transporte residência/trabalho/residência.

Parágrafo primeiro: o valor pago deverá ser correspondente a 44 (quarenta e quatro) vales no valor equivalente ao vale transporte pago no município de Fortaleza.

Parágrafo Segundo: Será descontado 1% (hum por cento) do salário base do funcionário que optar pela ajuda transporte.

Parágrafo segundo: O empregado que solicitar o recebimento da AJUDA TRANSPORTE obrigatoriamente deverá informar ao empregador, por escrito:

- seu endereço residencial;
- o tipo de transporte utilizado mais adequados ao seu deslocamento residência-trabalho-residência.

Auxílio Saúde

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - COMPLEMENTAÇÃO DO AUXÍLIO DOENÇA

As empresas efetuarão a complementação salarial da diferença existente entre o valor recebido da Previdência Social e o salário mensal do empregado integrante da categoria profissional, quando o mesmo estiver de licença, por motivo de acidente de trabalho.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - PLANO DE SAÚDE E CONVÊNIOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS

As empresas instituirão PLANO DE SAÚDE para seus empregados, que será contratado preferencialmente com operadora de plano de saúde conveniada ao SEACEC, na modalidade básico-enfermaria ou equivalente, de modo a permitir que

os trabalhadores em atividade, exceto os aposentados que não estejam em atividade junto às empresas representadas pelo SEACEC, possam, mediante adesão voluntária e expressa, usufruir dos serviços de saúde ofertados.

Parágrafo Primeiro: O PLANO DE SAÚDE contratado será, para o ano de 2018, no valor de R\$ xxxxxxxx (xx), sendo que a participação no subsídio do seu custeio será na razão de 50% (cinquenta por cento para o empregador e 50% (cinquenta por cento) para o empregado, valor este que será descontado em folha de pagamento mediante autorização prévia e por escrito do empregado, sendo que a taxa de adesão será custeada integralmente pelo empregado.

Parágrafo Segundo: Caso o empregado venha a aderir a plano de maior cobertura, de empresa conveniada pelo sindicato ou outra, será de sua responsabilidade o pagamento que acrescer.

Parágrafo Terceiro: Caso o empregador já tenha contratado PLANO DE SAÚDE, não estará obrigado a aderir ao plano de saúde referido, ficando assegurado ao empregado as garantias mínimas de preço e participação estipuladas nesta cláusula.

Parágrafo Quarto: O empregado poderá incluir seus dependentes no Plano de Saúde, com o pagamento total estipulado no parágrafo primeiro às suas expensas, podendo os valores correspondentes ser descontados em folha de pagamento, mediante autorização prévia e por escrito do mesmo.

Parágrafo Quinto: A participação facultativa do empregado no plano de saúde não configurará salário “in natura”, não se incorporando à remuneração do trabalhador para quaisquer efeito, não constitui base de incidência de contribuição previdenciária ou do FGTS e nem constitui rendimento tributável do empregado

Auxílio Morte/Funeral

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DESPESAS FUNERÁRIAS

As empresas concederão Auxílio Funeral, a ser pago ao dependente do empregado falecido durante a vigência do contrato de trabalho, em valor equivalente a 03 (três) pisos salariais da categoria de digitador, pago imediatamente após o óbito.

Auxílio Creche

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - AUXÍLIO CRECHE/ESCOLAR

As empresas deverão pagar auxílio creche mensal a todo(a)s o(a)s empregado(a)s a incidir no mês do nascimento dos filhos ou dependentes legais até o 6º ano de vida dos mesmos, conforme estabelecido no inciso XXV do artigo 7º da Emenda Constitucional nº 53, de 2006 no valor de **R\$ 260,00 (Duzentos e sessenta reais) mensais.**

Parágrafo Primeiro: O valor estipulado no caput desta cláusula, também será pago ao empregado(a), quando da adoção de filhos.

Parágrafo Segundo: Quando ambos os cônjuges forem empregados da mesma empresa o pagamento não será cumulativo, obrigando-se os empregados a designarem, por escrito, a empresa, o cônjuge que deverá perceber o benefício ou quem obtiver a guarda da criança.

Contrato de Trabalho – Admissão, Demissão, Modalidades Desligamento/Demissão

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - HOMOLOGAÇÃO/DEMISSÃO

As empresas apresentarão Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho ao SINDPD/CE, para homologação de rescisões de contratos de trabalho dos empregados, no prazo e condições previstas pela Lei 7.855/89, que entre outras providências alterou o Art. 477 da CLT, sem ônus para o empregado e empregador.

Parágrafo Primeiro: Não comparecendo o empregado, a empresa dará conhecimento do fato ao SINDPD/CE, mediante comprovação do envio de carta e/ou telegrama de notificação do ato, o que a desobrigará do disposto no "caput" desta cláusula.

Parágrafo Segundo: Será de responsabilidade do empregador custear as despesas com transporte, alimentação e hospedagem do trabalhador que tiver que se deslocar para Fortaleza para homologação de rescisão contratual. O trabalhador deverá apresentar recibos que comprovem as despesas gastas e o pagamento dessas despesas deverá ser realizado no ato da homologação da rescisão, em espécie, não sendo permitido pagamento posterior.

Jornada de Trabalho – Duração, Distribuição, Controle, Faltas Intervalos para Descanso

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - JORNADA DE TRABALHO

A jornada de trabalho do Digitador, Auxiliar de Processamento, Operador de Mainframe, Operador de Impressoras a Laser e Programador Júnior é de 30 (trinta) horas semanais, com uma pausa de 10 (dez) minutos após 50 (cinquenta) minutos de trabalho, segundo a NR 17, para a categoria de Digitador.

A jornada de trabalho do Auxiliar de Informática, Operador de Micro, Técnico em Urna Eletrônica, Técnico em Teleprocessamento, Técnico de Redes, Técnico de Atendimento, Técnico em Segurança da Informação, Técnico de Suporte Operacional, Técnico em Hardware e Software, Programador Pleno, Administrador de Redes e Especialista em Segurança da Informação é de 40 (quarenta) horas semanais.

A jornada de trabalho dos Analistas de Sistemas, Suporte e O&M (NEGÓCIOS) I, II, III, IV, Analista em Segurança da Informação e Supervisor de Informática é de 40 (quarenta) horas semanais.

Parágrafo Único: Para a jornada de trabalho descrita no caput, desta cláusula, cada hora trabalhada aos sábados será computada para cada hora 90 (noventa) minutos, para cada hora trabalhada aos domingos e/ou feriados será computada com acréscimo de 100% (cem por cento). Ou seja, cada hora trabalhada nesses dias equivalerá a 120 (cento e vinte) minutos.

CLAUSULA VIGÉSIMA QUARTA - SAÍDAS ANTECIPADAS EM DIAS DE PROVA ESCOLAR/VESTIBULAR/CONCURSOS

Ao empregado estudante, sujeito ao regime de 40 (quarenta) horas semanais, será permitida a saída antecipada do expediente em até em 01 (uma) hora, em dias de provas escolares, convencionada à prévia comunicação e posterior comprovação por documento fornecido pela instituição devidamente oficializada.

Parágrafo Único: Mediante comunicação com 72 (setenta e duas) horas de antecedência, serão abonadas as faltas dos empregados abrangidos por esta CCT quando do exame vestibular, prova de concurso público ou de seleção para ingresso em Instituição de Ensino Superior. A comprovação se dará mediante apresentação da respectiva inscrição, bem como de sua aprovação para as fases subsequentes, conforme artigo 473 da CLT, inciso VII.

Faltas

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - AUSÊNCIAS LEGAIS

Além dos casos previstos nos incisos I e IV do art. 473 da CLT, poderá o empregado faltar ao serviço sem que seja efetuado qualquer tipo de desconto salarial nos seguintes casos: **04 (quatro)** dias quando do falecimento de cônjuge, filhos, irmãos, dependentes, pais e ascendentes declarados previamente perante a empresa.

Parágrafo Único: Caso os parentes citados residam em localidade distante mais de 100 km (cem quilômetros) do local onde o empregado trabalhe, a licença de que trata o "caput" da cláusula será de **05 (cinco)** dias, desde que comprovada previamente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - ABONO DE FALTAS PARA ASSISTÊNCIA MATERNA

Serão abonadas as faltas da empregada, limitadas a 12 (doze) dias anuais, em decorrência da necessidade de assistir seus filhos ou outros dependentes menores de 12 (doze) anos e inválidos, desde que declarados perante a empresa, ficando a empregada obrigada ao fornecimento de atestado ou declaração médica para comprovação do fato.

Parágrafo Único: O limite estabelecido no "caput" poderá ser prorrogado, desde que comprovada à necessidade da assistência maternal por médico que realizou o atendimento ou o acompanhamento.

Outras disposições sobre jornada

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - DIA DA CATEGORIA PROFISSIONAL

Fica assegurado aos empregados o dia 28 (vinte e oito) de outubro, como o dia da respectiva categoria profissional. Em referido dia os empregados trabalharão, fazendo jus ao recebimento da remuneração referente ao respectivo dia, em dobro.

Parágrafo Primeiro – o não cumprimento do pagamento em dobro por parte do empregador conforme caput da cláusula, ocasionará descumprimento da cláusula, acarretando ao empregador uma multa de RS 100,00 (cem reais)/mês.

Férias e Licenças Duração e Concessão de Férias

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - FÉRIAS

O início das férias, individuais ou coletivas, não poderá cair nos sábados, domingos, feriados ou dias já compensados.

Parágrafo Primeiro: Será informado pela empresa, ao empregado, com 30 (trinta) dias de antecedência, o início do gozo de suas férias.

Parágrafo Segundo: O pagamento relativo as férias do empregado deverá ser efetuado 48 horas antes do início do gozo.

Relações Sindicais Acesso do Sindicato ao Local de Trabalho

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - GARANTIA DE ACESSO

As empresas permitirão o acesso de dirigentes sindicais em suas dependências, acompanhados de preposto da empresa e de forma a não afetar o processo produtivo, desde que solicitado com antecedência mínima de dois dias úteis e informando o motivo da visita.

Parágrafo Primeiro: Em caso de comprovada a urgência, o prazo poderá ser reduzido, de comum acordo.

Parágrafo Segundo: As empresas permitirão a colocação de urnas itinerantes em suas dependências, quando da realização das eleições Sindicais, com acompanhamento de três membros da Comissão Eleitoral, devidamente credenciada pelo SINDPD-CE.

Liberação de Empregados para Atividades Sindicais

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - LIBERAÇÃO DE EMPREGADOS ELEITOS PARA REPRESENTAÇÃO DOS TRABALHADORES

Fica assegurada a liberação remunerada de 05 (cinco) diretores membros da diretoria do SINDPD/CE, até o término da vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho, sem prejuízo do tempo de serviço e das parcelas componentes de suas remunerações, em número de 01 (um) diretor por empresa. A nomeação, ou os

nomes dos diretores a serem liberados, será enviada ao SEACEC, oportunamente, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

Contribuições Sindicais

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - RECOLHIMENTO DAS MENSALIDADES

As empresas se comprometem a efetuar desconto em folha de pagamento, das mensalidades dos trabalhadores sindicalizados ao SINDPD/CE, conforme relação de empregados sindicalizados apresentada pelo Sindicato, bem como das autorizações dos empregados.

Parágrafo Primeiro: No caso de substituição das empresas e aproveitamento dos empregados por outra, o Sindicato apresentará apenas a relação de sindicalizados, para que sejam efetuados os descontos de que trata o "caput" da cláusula.

Parágrafo Segundo: As empresas efetuarão o depósito das referidas mensalidades, na conta nº 601208-6, Agência 1369- 2, Banco do Brasil, do SINDPD/CE, até o 10º (décimo) dia útil do mês seguinte ao do desconto..

Parágrafo Terceiro: As empresas encaminharão à Secretaria de Finanças do SINDPD-CE, até o dia 20 do mês subsequente ao do desconto comprovante de depósito das mensalidades sindicais, bem como a relação dos filiados, constando nome completo, salário nominal e o valor da referida contribuição.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PATRONAL

As empresas do setor das categorias econômicas aqui representadas, deverão recolher no dia 14 (quatorze) do mês de setembro de 2016, a contribuição assistencial patronal para a expansão dos serviços de custeio desta campanha salarial, no valor de R\$(.....), que devem ser pagos por intermédio de boleto bancário ou na sede do sindicato.

Parágrafo Primeiro: O recolhimento da Contribuição Assistencial Patronal efetuado fora do prazo mencionado será acrescido de multa de 2% (dois por cento) nos primeiros 30 (trinta) dias.

Parágrafo Segundo: Por mês subsequente de atraso, além da multa estabelecida no parágrafo anterior, serão devidos juros de 1% (hum por cento).

Direito de Oposição ao Desconto de Contribuições Sindicais

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - TAXA ASSISTENCIAL

As empresas prestadoras de serviços, com trabalhadores pertencentes à categoria profissional de Processamento de Dados, Serviços de Informática e Similares, recolherão a favor do SINDPD/CE, 1% (um por cento) do salário base dos obreiros beneficiados com a presente Convenção Coletiva, a título de taxa assistencial, no mês subsequente ao do registro desta Convenção no Ministério do Trabalho e Emprego, conforme deliberação da assembléia de abertura da Campanha Salarial.

Parágrafo Primeiro: O SEACEC comunicará as empresas, logo após o registro da presente Convenção Coletiva, o desconto da taxa assistencial, e as mesmas por sua vez antes do desconto informarão obrigatoriamente a todos os trabalhadores.

Parágrafo Segundo: Os trabalhadores que se opuserem ao desconto da taxa prevista no "caput" desta cláusula, deverão formalizar ao sindicato, tal intenção, individualmente, através de documento confeccionado de próprio punho em duas vias, que deverá ser protocolado na sede do sindicato (situada a Av. Tristão Gonçalves, 1250 - Centro - Fortaleza/Ce), pelo próprio empregado até o 8º dia útil do mês do desconto.

Parágrafo Terceiro: As empresas deverão realizar o depósito da taxa de que trata esta cláusula, na conta nº 601208-6, Agência 1369-2, Banco do Brasil, do SINDPD/CE, até o 10º dia útil do mês seguinte ao do desconto.

Outras disposições sobre relação entre sindicato e empresa

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - QUADRO DE AVISOS

As empresas fixarão, à disposição das representações dos trabalhadores, em suas instalações, quadros de avisos.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - RELAÇÃO DE EMPREGADOS

As empresas remeterão ao SINDPD/CE, no prazo de 15 (quinze) dias contados da data do recolhimento da contribuição sindical de seus empregados, relação nominal dos contribuintes, indicando o salário percebido no mês do respectivo desconto, bem como o cargo de cada empregado, e o comprovante do depósito da contribuição sindical urbana.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - COMISSÕES DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA

As Comissões de Conciliação Prévia, previstas na Lei nº 9.958, de 12 de Janeiro de 2000, poderão ser criadas, desde que, conjuntamente com o SINDPD/CE.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - CERTIDÃO DE REGULARIDADE SINDICAL

As empresas que pretendam participar de licitações promovidas por órgãos da administração pública, direta, indireta ou contratação por setores privados, deverão apresentar certidão de regularidade para com suas obrigações sindicais.

Parágrafo Primeiro: Essa certidão será expedida pelo SEACEC/SINDPD - CE , no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, após a devida solicitação, com validade de 30 (trinta) dias.

Parágrafo Segundo: Consideram-se obrigações sindicais, para fins de expedição da citada certidão, o recolhimento da contribuição sindical (profissional e econômica), bem como de todas as taxas e contribuições aqui inseridas, de acordo e nos termos das cláusulas que as prevêm.

Disposições Gerais Descumprimento do Instrumento Coletivo

CLÁUSULA TROGÉSIMA OITAVA - MULTA POR DESCUMPRIMENTO DA CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO

Na hipótese de descumprimento ou violação de qualquer cláusula da presente Convenção Coletiva de Trabalho, ficam as empresas abrangidas pela presente convenção sujeitas a multa em proveito do empregado, na razão de 12% (doze por cento) do salário base deste.

Outras Disposições

CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - ENCARGOS SOCIAIS

Com o objetivo de assegurar a exequibilidade dos contratos prestados pelas empresas assistidas por esta CCT e a consequente adimplência do cumprimento das obrigações decorrentes dos ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS, fica convencionado o percentual mínimo de encargos sociais e trabalhistas, conforme anexo II, que passa a fazer parte integrante desta CCT.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - ESCALA 12 X 36

As empresas que desejarem laborar na escala 12 x 36 deverão procurar individualmente o Sindicato Laboral que assume, neste ato, o compromisso de negociar os respectivos Acordos Coletivos.

Parágrafo Primeiro: Como vigência exclusiva a partir da presente Convenção Coletiva de Trabalho, fica estabelecido que os empregados que trabalharem nesta escala e no período noturno farão jus a 15 (quinze) horas extras mensais cada um.

Parágrafo Segundo: Não será permitido a nenhuma empresa adotar a escala 12x36, sem antes negociar com o SINDPD-CE acordo coletivo específico para esse fim.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - FORO COMPETENTE

As controvérsias, resultantes da aplicação da presente Convenção Coletiva de Trabalho, serão dirimidas pela Justiça do Trabalho, se antes não forem solucionadas pelas partes convenientes.

CLÁUSULA NOVAS:

CLÁUSULA – AS RESCISÕES CONTRATUAIS E SUA HOMOLOGAÇÃO

Os empregados abrangidos pela presente Convenção Coletiva de Trabalho que vierem a ser dispensados ou solicitarem demissão terão direito à assistência de sua entidade de classe por ensejo da rescisão contratual, observadas as disposições constantes na presente cláusula.

Parágrafo Primeiro - Havendo a dissolução do contrato, independentemente de sua causa ou forma, deverão as empresas comparecer à sede do SINDPD-CE para fins de conferência da correção das verbas e dos valores constantes no instrumento de rescisão, o que deverá ser realizado: a) até o primeiro dia útil imediato ao término do contrato; ou b) dentro de dez dias contados da data da notificação da dispensa ou

pedido de demissão, quando da ausência de aviso prévio, de sua indenização ou dispensa do seu cumprimento.

Parágrafo Segundo - O pagamento dos créditos rescisórios também deverá ser realizado nos prazos estabelecidos no parágrafo anterior.

Parágrafo Terceiro - Comparecendo o empregador, mas não o empregado para a homologação, o órgão homologador dará comprovação da presença da empresa nesse ato.

Parágrafo Quarto - No caso de falecimento do empregado, a homologação e a assistência na rescisão do contrato de trabalho será assegurada aos beneficiários habilitados perante o órgão previdenciário ou assim reconhecidos judicialmente.

Parágrafo Quinto - Por ensejo da homologação, caberá ao SINDPD-CE ressaltar no Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho direitos ou valores que eventualmente deixarem de ser prestados ao empregado em virtude do término da relação de emprego.

Parágrafo Sexto - Somente se admitirá como meio de prova de quitação das verbas rescisórias as que se acham previstas em lei, especialmente o pagamento em dinheiro ou cheque administrativo no ato da assistência; a comprovação da efetiva transferência dos valores, para a conta corrente do empregado, por meio eletrônico, por depósito bancário, transferência eletrônica ou ordem bancária.

Parágrafo Sétimo – Com o fim de viabilizar a assistência do empregado por ensejo da rescisão contratual, no ato da homologação pela entidade sindical, as empresas deverão obrigatoriamente apresentar os referidos documentos:

I – Termo de Rescisão Contratual;

II – Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, com as anotações atualizadas;

III – comprovante de aviso prévio ou do pedido de demissão;

IV – extrato analítico atualizado da conta vinculada do empregado no Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e guias de recolhimento dos meses que não constem no extrato;

V – Comunicado de dispensa e Requerimento do Seguro Desemprego, para fins de habilitação, quando devido;

VI – Atestado de Saúde Ocupacional Demissional, ou Periódico, quando no prazo de validade, atendidas as formalidade especificadas na Norma Regulamentadora – NR 7;

VII – Ato constitutivo do empregador com alterações ou documento de representação;

VIII – demonstrativo de parcelas variáveis consideradas para fins de cálculo dos valores devidos na rescisão contratual; e

IX – prova bancária de quitação, quando for o caso; Parágrafo Oitavo – A inobservância pela empresa do disposto na presente cláusula importará no pagamento de multa, em favor do empregado, em valor equivalente ao seu salário, acrescido das correções previstas em norma coletiva.

CLÁUSULA – PROTEÇÃO AS EMPREGADAS GESTANTES E LACTANTES

A empregada gestante ou lactante será afastada, enquanto durar a gestação e a lactação, de quaisquer atividades, operações ou locais insalubres, devendo exercer suas atividades em local salubre.

CLÁUSULA NOVA - VALE CULTURA

O vale cultura tem por objetivo facilitar e estimular o acesso a produtos e serviços culturais, como: teatros, museus, cinemas, espetáculos, shows, circos ou até mesmo comprar ou alugar CDs, DVDs, livros, revistas, jornais, instrumentos musicais e etc. Também pode ser usado para fazer curso de artes, audiovisual, dança, circo, fotografia, música, literatura ou teatro.

Parágrafo Primeiro – O Governo Federal vai permitir que a empresa de lucro real abata a despesa no imposto de renda em até 1% do imposto devido.

Parágrafo Segundo – As empresas que desejarem oferecer o benefício aos seus empregados, podem obter maiores informações através do site do Ministério da Cultura, WWW.CULTURA.GOV.BR/VALECULTURA

CLÁUSULA – O CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE TRABALHO INTERMITENTE

Às empresas que exercem atividades com descontinuidades ou intensidade variável é facultada a celebração, por escrito, de contrato de trabalho intermitente deve obrigatoriamente conter:

- a. Identificação, assinaturas e domicílio ou sede das partes;
- b. Indicação do número anual de horas de trabalho ou do número de dias de trabalho contínuo;
- c. Valor da hora de trabalho, que não poderá ser inferior ao valor horário dos pisos salariais previstos na presente Convenção Coletiva de Trabalho ou àquele prestado aos demais empregados da empresa que exerçam a mesma função em contrato intermitente ou não.
- d. A antecedência com que deve o empregador realizar a convocação do emprego para a prestação do trabalho, antecedência essa que não poderá ser inferior a 20 (vinte) dias.

Parágrafo Primeiro - A inobservância da forma escrita ou não vindo a constar no contrato previsão acerca das condições de trabalho acima declinadas, restará descaracterizado o contrato de trabalho em tempo intermitente, aplicando-se às partes as regras referentes ao contrato de trabalho sem período de inatividade.

Parágrafo Segundo - A prestação de trabalho a que se refere a presente Cláusula não poderá ser inferior a 06 (seis) meses por ano, dos quais pelo menos quatro meses devem ser consecutivos, sob pena de desfigurar o Contrato de Trabalho Intermitente.

Parágrafo Terceiro – A convocação do empregado deverá ser realizada por meio eficaz, devendo ser informado qual será a jornada a ser prestada, observadas as condições ajustadas no contrato de trabalho.

Parágrafo Quarto - Recebida a convocação, o empregado terá o prazo de um dia útil para responder ao chamado, presumindo-se, no silêncio, a recusa.

Parágrafo Quinto - A recusa da oferta não descaracteriza a subordinação para fins do contrato de trabalho intermitente.

Parágrafo Sexto - Aceita a oferta para o comparecimento ao trabalho, a parte que descumprir, sem justo motivo, facultará a outra promover a rescisão contratual.

Parágrafo Sétimo - Durante o período de inatividade, o empregado terá direito a compensação retributiva mediante pagamento mensal em valor nunca inferior a 20% (vinte por cento) do piso salarial correspondente à sua formação profissional, podendo o trabalhador prestar serviços a outros contratantes.

Parágrafo Oitavo - A cada doze meses, o empregado adquire direito a usufruir, nos doze meses subsequentes, um mês de férias, período no qual não poderá ser convocado para prestar serviços pelo mesmo empregador.

Parágrafo Nono - A remuneração das férias será calculada com base na média dos valores pagos a título de contraprestação e de compensação auferidos durante os últimos 12 meses ou no período de duração do contrato se este for inferior.

Parágrafo Décimo – O 13º salário será calculado com base na média dos valores pagos no mesmo ano a título de contraprestação e compensação, observadas as disposições constantes na Lei nº 4.090/1962.

Parágrafo Décimo Primeiro - Durante o período de inatividade, mantêm-se os direitos, deveres e garantias das partes que não pressuponham a efetiva prestação de trabalho.

Parágrafo Décimo Segundo - Fica afastada, nos termos do art. 611-A da CLT, a aplicação dos preceitos constantes nos arts. 452-A da CLT, com a redação que lhe foi conferida pela Lei nº 13.467/2017.

CLÁUSULA NOVA – QUITAÇÃO ANUAL

As empresas deverão custear uma auditoria independente, a ser indicada pelo sindicato profissional caso desejem obter a quitação anual das verbas trabalhistas de seus funcionários.

ANEXOS ANEXO I - DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES INERENTES AO PROCESSAMENTO DE DADOS E INFORMÁTICA

01 - As atividades com habilitação são atividades elementares que, salvo alguma exceção, necessitam de um curso ou um estágio para o seu exercício. Dentre elas destacamos:

01.1 – **Digitador** - Transcrever dados contidos em formulários e/ou documentos, através do uso de equipamento de informática;

01.2 - **Auxiliar de Informática** - Desenvolver tarefas na área administrativa. Operar equipamentos diversos. Realizar entregas e recebimentos de documentos e materiais. Manter organizados documentos e/ou materiais em geral. Atender ao público em geral. Captar imagens através de câmera fotográfica. Preparar, instalar e desinstalar equipamentos de áudio e vídeo e acessórios, controle de fluxo de informações e impressões;

01.3 - **Auxiliar de Processamento** - Subsidiar as atividades de E/S de dados, processamento, bem como a elucidação de problemas que impactem na continuidade.

02 - As atividades com qualificação são atividades que requerem capa citação para o seu exercício. Dentre elas destacamos:

02.1 - **Sustentação/Atendimento a Clientes** - Prestar suporte a clientes e usuários dos sistemas em produção, identificando e promovendo necessidades de treinamento objetivando seu pleno funcionamento;

02.2 - Operação de Computador/Pequeno Porte - Micro

02.2.1 - Controlar, preparar, transcrever e emitir documentos pertinentes do órgão tomador, através de software proprietário e/ou de aplicação;

02.2.2 - Controlar e operar o ambiente operacional, através de interpretação de mensagens emitidas pelo sistema operacional instalado, bem como seus aplicativos;

02.2.3 - Operacionalizar as rotinas de backup e restauração de arquivos;

02.2.4 - Tornar disponíveis os recursos físicos do CPD à execução dos serviços;

02.2.5 - Verificar e analisar as causas de interrupções no processamento;

02.3 - Operação de Impressoras a Laser

02.3.1 - Operar equipamentos de impressão a laser de médio e grande porte, como também seus equipamentos periféricos;

02.3.2 - Identificar e montar as unidades demandadas pelos programas dos sistemas em produção, bem como a interpretação de suas mensagens;

02.3.3 - Controlar o ambiente operacional, através da interpretação de mensagens emitidas pelo sistema operacional pertinente;

02.3.4 - Verificar e analisar as causas de interrupções no processamento;

02.3.5 - Definir o fluxo operacional dos serviços a serem produzidos;

02.4 - Operação de Computador/Médio e Grande Porte - Mini e Mainframe

02.4.1 - Operar computadores de médio e grande porte, como também seus equipamentos periféricos;

02.4.2 - Identificar e montar as unidades demandadas pelos programas dos sistemas em produção, bem como a interpretação de suas mensagens;

02.4.3 – Identificar e montar as unidades demandadas pelos programas dos sistemas em produção, bem como a interpretação de suas mensagens;

02.4.4 - Controlar o ambiente operacional através da interpretação de mensagens emitidas pelo sistema operacional pertinente;

02.4.5 - Verificar e analisar as causas de interrupções no processamento;

02.4.6 - Definir o fluxo operacional dos serviços a serem produzidos;

02.4.7 - Operacionalizar as rotinas de backup e restauração de arquivos e sistema operacional;

02.5 - Técnico de Teleprocessamento e Redes

02.5.1 - Controlar o ambiente de teleprocessamento e/ou redes, através da interpretação e análise das mensagens emitidas pelos monitores e LEDs, através dos HUBs, ROTEADORES e SWITCHs, bem como de suas consoles;

02.5.2 - Programar e o perar equipamentos de rede, efetuando a recepção e a transmissão de dados entre os nós de redes e CPDs;

02.5.3 - Identificar problemas de hardware e software de rede, prestando assistência técnica aos clientes e usuários, quando da instalação de equipament os de teleprocessamento;

02.6 - Programação em Linguagem de Computador

02.6.1 - Avaliar e verificar, sempre que necessário, a utilização adequada dos sistemas implantados;

02.6.2 - Executar as atividades de documentação dos projetos, lógico e físico, do s sistemas desenvolvidos, mantendo - as sempre atualizadas;

02.6.3 - Executar as atividades de documentação operacional dos sistemas implantados, mantendo-as sempre atualizadas;

02.6.4 - Elaborar, desenvolver e testar as tarefas de programação em linguagem de computador;

02.6.5 - Acompanhar com o(s) Analista(s) de Sistemas, o processo de implantação dos programas desenvolvidos, até seu efetivo estado de produção;

02.6.6 - Planejar, programar e controlar a produção dos sistemas implantados, analisando operacionalmente as causas de inoperância, bem como, buscando alternativas de solução;

02.6.7 - Programar e operar a execução do fluxo operacional dos sistemas em produção;

02.7 – Suporte Operacional em Hardware e Software

02.7.1 - Conhecimento em hardware, montagem, configuração, arquitetura, instalação de dispositivos e periféricos. Resolução de conflitos de drivers. noção sobre busca de informações na Internet.

02.7.2 - Conhecimento em software, instalação e configuração de sistemas operacionais, aplicativos, drivers, comandos via prompt (linha de comando), para configuração e manutenção de aplicações, sistemas e rede. Resolução de problemas com vírus, configurações de dispositivos I/O, periféricos, resolução de conflito, internet, e-mail, dispositivos móveis, aplicações web; redes baseadas em Linux e

Microsoft AD. Conhecimento sobre topologia modelo TCP/IP e OSI; segurança em rede e ambientes computacionais, redes estruturadas, cabeamento, atendimento ao usuário final (Suporte).

02.7.3 – Deter habilidades e domínio na execução destes programas.

02.8 - Técnico de Urna Eletrônica

02.8.1 - Auxiliar no processo de treinamento de eleitores e mesários;

02.8.2 - Preparação das urnas eletrônicas na preparação dos locais de votação;

02.8.3 - Atender aos chamados das Seções Eleitorais;

02.8.4 - Atuar com manutenção de urnas eletrônicas;

02.8.5 - Realizar outras tarefas específicas, a critério do Juiz Eleitoral, conforme determinado pelo TRE;

02.9 – Técnico em Segurança da Informação

02.9 - 1 - Triagem dos incidentes de segurança, com respectiva categorização, priorização e direcionamento correto ao tratamento;

02.9.2 - Tratamento do incidente, envolvendo coleta de evidências necessárias, identificação da origem, identificação da causa e análise de artefatos;

02.9.3 - Solução do incidente ou acionamento dos responsáveis pela solução, envolvendo restauração e recuperação dos recursos atingidos;

02.9.4 - Recuperação de recursos e dispositivos, a partir da aplicação ou instalação de patches, fixes e workarounds;

02.9.5 - Elaboração de notificações aos usuários, como resposta a incidentes cadastrados, dúvidas ou outras solicitações;

02.9.6 - Elaboração de alertas, avisos e instruções direcionadas ao usuário para lidar com ataques, vulnerabilidades, malwares ou qualquer outro problema de segurança corrente que pode afetar outros usuários.

02.10 – Especialista em Segurança da Informação

02.10.1 - Monitoramento da ocorrência de incidentes de segurança, por meio da análise de logs de dispositivos e da utilização de ferramentas de segurança e auditoria (firewall / IDS / anti-malware / gestão de identidades);

02.10.2 - Auditoria da infra - estrutura de segurança para avaliar a aderência das configurações às políticas, normas ou diretrizes de segurança definidas pelo Banco;

02.10.3 - Levantamento de vulnerabilidades de hardware e software, realizando uma avaliação da natureza, mecanismos e efeitos para o desenvolvimento de estratégias de detecção e reparação;

02.10 - 4 - Envio de alertas de segurança para os gestores dos recursos de infraestrutura com vistas a proceder aos ajustes em configurações de segurança dos dispositivos;

02.10.5 - Implementação de ferramentas de apoio às atividades de segurança (distribuição de patches, plugins, scripts para automação de procedimentos, etc.).

02.11 – Administrador de Redes

02.11.1 - Gerenciamento da rede local, bem como dos recursos computacionais relacionados direta ou indiretamente.

02.11.2 - Instalação, configuração e manutenção dos sistemas operacionais e de serviços de infra - estrutura de TI.

02.11.3 - Suporte à área de desenvolvimento de aplicações, suporte de último nível para as equipes de apoio aos usuários;

02.11.4 - Configuração e manutenção da segurança de rede. Instalação e ampliação da rede local; Instalar e configurar a máquina gateway da rede local;

02.11.5 - Orientar e/ou auxiliar os administradores das sub-redes na instalação/ampliação da sub-rede; Manter em funcionamento a rede local, disponibilizando e otimizando os recursos computacionais disponíveis;

02.11.6 - Executar serviços nas máquinas principais da rede local, tais como: gerenciamento de discos, fitas e backup's, parametrização dos sistemas, atualização de versões dos sistemas operacionais e aplicativos, aplicação de correções e patches ;

02.11.7 - Controlar e acompanhar a performance da rede local e sub-redes bem como dos equipamentos e sistemas operacionais instalados; Manter atualizado os dados relativos ao DNS das máquinas da rede local;

02.11.8 - Divulgar informações de forma simples e clara sobre assuntos que afetem os usuários locais, tais como mudança de serviços da rede, novas versões de software, etc.

02.12 – Supervisor de Informática

02.12.1 - Supervisionar e orientar as atividades de sua equipe;

02.12.2 - Coordenar as atividades dos funcionários envolvidos na interpretação de problemas, prestando assistência, apoio para resolver problemas, e usuário de computador assessoria relacionados com hardware, software e sistemas, visando assegurar o atendimento a todas as necessidades do cliente, dentro de padrões adequados de qualidade, eficiência e segurança;

02.12.2.3 - Acompanhar os testes e implantação de sistemas informatizados;

02.12.2.4 - Desenvolver e implementar métodos e procedimentos para as atividades de controle, como preparação de relatórios de despesas, relatórios, etc, a fim de informar a gestão do estado atual ou atividades de trabalho. May recruit, hire, train staff, evaluate employee performance, and recommend or initiate promotions, transfers, and disciplinary action, poderá recrutar, contratar, treinar pessoal, avaliar o desempenho do funcionário, e recomendar ou dar início a promoções, transferências e medidas disciplinares. (Source: eDOT Job Description) (Fonte: eDOT do anúncio).

02.13 - Técnico de Atendimento

02.13.1 – Realizar atividades de atendimento pessoal, e telefônico utilizando informações do sistema informatizado tendo conhecimento técnico, assegurando o atendimento a todas as necessidades dos clientes;

02.13.2 - Executar atividades de suporte e apoio administrativo;

02.13.4 – Atender clientes internos e externos, com qualidade e eficiência;

02.13.5 – Elaborar e digitar relatórios, planilhas eletrônicas, apresentações de slides e outros documentos, utilizando aplicativos inerentes a cada tarefa;

02.13.6 - Receber e remeter correspondências, documentos físicos e virtuais;

02.13.7 – Organizar, conferir, acompanhar e tramitar virtualmente processos administrativos;

02.13.8 - Manter arquivos e cadastros de informações atualizados;

02.13.9 - Preparar, conferir e organizar folhas de frequência, escalas de férias e de serviços;

02.13.10 - Acompanhar afastamentos e atestados médicos;

02.13.11 – Controlar e organizar Almoxarifado

03 - As atividades com especialização são aquelas que, para seu exercício, necessitam de uma formação acadêmica, devido à complexidade de seu desenvolvimento. Dentre elas destacamos os cargos de **Analistas de Sistemas, Analistas de Suporte, Analistas de Negócios, e Analistas de Segurança da Informação**, dentre os quais descrevemos:

- 03.1 - Avaliar e especificar, hardware e software básico e de apoio aos sistemas operacionais;
- 03.2 - Planejar, acompanhar e controlar a utilização de hardware e software básico e de apoio aos sistemas operacionais;
- 03.3 - Manter suporte técnico aos sistemas operacionais;
- 03.4 - Efetuar prospecção e estudos no âmbito dos hardwares e softwares básicos e de apoio aos sistemas operacionais;
- 03.5 – Consultoria especializada em informática e automação;
- 03.6 - Ensino, pesquisa, experimentação e divulgação tecnológica;
- 03.7 - Planejar, coordenar e executar os projetos de sistemas que envolvam o processamento de dados ou a utilização de recursos de informática e automação;
- 03.8 - Elaborar orçamentos e definir operacional e funcionalmente projetos e sistemas para processamento de dados, informática e automação;
- 03.9 - Definir, estruturar, testar e simular, programas e sistemas;
- 03.10 - Definir e elaborar o diagrama, em todos os níveis, dos sistemas a serem desenvolvidos;
- 03.11 - Estudar a viabilidade técnica e financeira para implantação de projetos e sistemas de informática e automação;
- 03.12 - Prospecção de novos conhecimentos relativos a ataques, vulnerabilidades, ferramentas, legislação relacionada a crimes digitais, tecnologias emergentes e tendências relacionadas à área de segurança da informação, com o objetivo de identificar futuras ameaças;
- 03.13 - Análise periódica e detalhada da configuração de servidores, estações, dispositivos da rede, software básico e software aplicativo, para acompanhamento da conformidade dos recursos computacionais com as recomendações da política de segurança;
- 03.14 - Análise de vulnerabilidades em servidores, estações, dispositivos de rede e de segurança perimetral e de sistemas de detecção de intrusão;
- 03.15 - Implementação e suporte a soluções de segurança envolvendo certificação digital, biometria, prevenção de software intrusivo, correio eletrônico, computação móvel, acesso remoto, gestão de identidades e infra-estrutura de redes;
- 03.16 - Implementação e suporte a sistemas de gerência de acesso, bem como serviços e protocolos e conexão internet, com a utilização de técnicas de Proxy e filtro de conteúdo;
- 03.17 – Suporte técnico na resolução de problemas na intranet e internet, relativos a requisitos de segurança;
- 03.18 - Elaboração de avisos, alertas e artigos técnicos para divulgação de vulnerabilidades e orientações de procedimentos de segurança para usuários da rede corporativa.

Parágrafo Único: É privativa do Analista de Sistemas a responsabilidade técnica por projetos e sistemas para processamento de dados, informática e automação, assim como a emissão de laudos, relatórios ou pareceres técnicos.